

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Joana Drummond Borges

---

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 2043 ENT.: PROC. Nº:	03/11/2023

---

**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta n.º 148/XV/2.ª, apresentada pela Senhora Deputada Alma Rivera do Grupo Parlamentar do PCP sobre “Objetivos e transparência das alterações introduzidas ao Conselho Consultivo da Juventude”.

Em resposta à Pergunta n.º 148/XV/2.ª, apresentada pela Senhora Deputada Alma Rivera do Grupo Parlamentar do PCP, sobre os “objetivos e transparência das alterações introduzidas ao Conselho Consultivo da Juventude”, encarrega-me a Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de transmitir o seguinte:

O Conselho Consultivo da Juventude (CCJ) foi instituído em 1986, com o objetivo de assegurar o diálogo entre o Governo e a Juventude. Os desafios que cada vez mais se colocam às populações mais jovens, determinaram a necessidade de atualização do órgão consultivo, por forma a garantir que o dinamismo intrínseco à juventude encontrasse eco neste órgão de consulta do Governo.

Importa, assim, clarificar alguns considerandos constantes da pergunta em apreço. Em primeiro lugar, entendeu o Governo, pelo acima descrito, que se justificava uma alteração à composição do CCJ. Neste sentido, apresentou-se um Projeto de Decreto-Lei que, depois de aprovado em Reunião de Secretários de Estado, foi enviado para pronúncia, a 22 de agosto, de todas as entidades que compõe o CCJ, incluindo a Juventude Comunista Portuguesa. Dessa auscultação resultou um conjunto de pareceres que, depois de analisados e considerados, permitiram a alteração da versão inicial. Do acolhimento de alguns destes contributos resultou a redação do diploma aprovado em Reunião de Conselho de Ministros de dia 14 de setembro, o qual foi posteriormente promulgado por Sua Excelência o Presidente da República.

As alterações aprovadas permitem adequar o CCJ perante a constante evolução e diversificação dos mais jovens nas mais variadas esferas de interesses e setores. Procurou-se, deste modo, criar um ambiente inclusivo e plural junto dos mais jovens. Assim, passaram a integrar o CCJ:

1. Um representante da rede ex aequo – Associação de Jovens LGBTI e Apoiantes;
2. Um representante da REDE - Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens;
3. Um representante jovem das comunidades de pessoas imigrantes em Portugal;
4. Um representante jovem das associações de defesa do ambiente;
5. Um representante das pessoas jovens com deficiência;
6. Um representante das associações de jovens das comunidades ciganas;
7. Um representante jovem a designar pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.

No que respeita aos critérios de escolha dos jovens com reconhecido mérito, reconhecemos o número de jovens que não participam em nenhuma estrutura organizacional. Assim, em resposta a sugestões recebidas no seguimento da audição acima referida, foi decidido submeter a seleção dos jovens de reconhecido mérito à votação do Conselho Consultivo da Juventude, garantindo uma maior transparência e participação democrática no processo.

Importa, ainda, salientar que, tal como sucede em muitos Conselhos Consultivos do Governo, como o Conselho Consultivo de Educação, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, o Conselho de Coordenadores do Ensino Superior ou Conselho Nacional do Desporto, o membro do Governo responsável pela área governativa está legalmente habilitado a nomear personalidades de reconhecido mérito dessa área.

Assim, e ao contrário do referido pelo PCP, segundo o qual o Governo procura trazer elementos que caucionem as suas políticas, o significativo alargamento a entidades e personalidades, nada mais demonstra do que um genuíno interesse em tornar este órgão mais representativo, mais livre e mais plural, numa estratégia de valorização do órgão. Prova disso são as discussões sectoriais que têm sido promovidas e que nos últimos meses contaram com a participação da Senhora Ministra da Habitação ou os Senhores Secretários de Estado do Ensino Superior, da Educação e do Trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete



João Bezerra da Silva